



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D ã O Nº 147

Feito : Processo Nº 757/91-TCE/ACRE  
Relator : Conselheiro Isnard Bastos Barbosa Leite  
Assunto : INSPEÇÃO DE ROTINA NA CÂMARA MUNICIPAL DE  
TARAUACÁ-ACRE

Procedida a inspeção e constatando-se irregularidades decide o Tribunal de Contas notificar a autoridade responsável e Ordenador de Despesa para, no prazo assinado, oferecer defesa, sobrestado na Corte, provisoriamente, o processo, para apensação à futura Prestação de Contas pertinente.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 757/91, o Tribunal de Contas do Estado do Acre, em sessão pública, por unanimidade, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante da decisão, para considerar irregulares as contas inspecionadas, notificando-se o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de TARAUACÁ e Ordenador de Despesa para, querendo, oferecer defesa no prazo de trinta (30) dias, ante este Tribunal de Contas das providências e, sobrestado na secretaria das Sessões, provisoriamente, o processo, para apensação à futura Prestação de Contas do Poder Legislativo de TARAUACÁ, exercício de 1991.

Dada nas Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Ato Branco, 19 de dezembro de 1991.

Cons. JOSÉ EUGÊNIO DE LEÃO BRAGA  
Presidente

Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE  
Vice-Presidente e Relator

Fui presente:

FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE  
Procurador-Chefe do M.P.E.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no  
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N.º 5.718  
de 07/10/2019 fl. 05.

*Silvestre*

Secretária do Plenário



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO Nº 757/91.

### R E L A T Ó R I O:

O Senhor Conselheiro Isnard Bastos Barbosa Leite, Relator: "O presente processo trata de inspeção de rotina na Câmara Municipal de Tarauacá, autorizado pelo plenário do TCE, na sessão de 12.09.1991, e realizado pelos técnicos Rei naldo Rocha de Oliveira e Francisco das Chagas Castro de Mou ra, com abrangência nos meses de Janeiro a agosto de 1991.

Em amplo relatório circunstanciado (folhas 09/28), foram levantados, por amostragem, as documentações de recei tas e despesas da Câmara Municipal, apresentando um rol, de ir regularidades que a seguir mencionamos:

- Na execução Contábil, Orçamentária e Financeira;
- Nos processos de Convênios, Acordos e Contratos;
- Nos Empenhos;
- Nos processos de pagamentos, de subvenções ou auxílios;
- No almoxarifado;
- Nos bens móveis, imóveis, material permanente e equipamento de uso;
- Nos processos licitatórios e atos de dispensa.

Na opinião do MPE, traduzido em parecer do Procurador-Chefe Fernando de Oliveira Conde, tais irregularidades estão se repetindo frequentemente nas inspeções de rotina, o que, salvo melhor juízo, vem acarretando prejuízos ao erário público.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Observa-se, portanto, que o setor de contabilidade da Câmara Municipal existe apenas no papel. Não se tem comprovação de um único registro contábil no período compreendido pela inspeção. O problema agrava-se na medida em que não existe controle orçamentário e financeiro. Alguns empenhos estão rasurados, outros com data posterior à realização de despesa ou, ainda, sem carimbo e faltando a assinatura de ordenador de despesa.

O mais grave, no entanto, é a constatação de que a sede da Câmara Municipal foi ampliada com recursos oriundos de convênio celebrado com o Governo do Estado e não foi cumprido o processo licitatório previsto em lei.

A desorganização administrativa também atinge o processo de pagamento, as subvenções e auxílios, com doações de passagens aéreas, sem identificar os beneficiários e pagamentos de diárias a técnicos da SEPLAN e, finalmente, ao setor de almoxarifado, aos bens imóveis, móveis, material permanente e equipamento de uso.

A inspeção constatou irregularidades que podem comprometer seriamente a prestação de contas de 1991 da Câmara Municipal, assim como evidenciou o descumprimento dos artigos 21-I, 45-V e VI, do Decreto Lei. 2.300/86 e artigos 60, 75-I, da Lei 4.320/64.

É o relatório".

### V O T O:

O Senhor Conselheiro Isnard Bastos Barbosa Leite, Relator: "Pelo exposto, ante a evidência dos fatos que apontam falhas graves nos atos administrativos da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tarauacá, no período compreendido pe



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

la inspeção, conforme Relatórios de fls. 09/12 e fls. 31, e de acordo com o art. 61, inciso II, da Constituição Estadual e art. 71, inciso II, da Constituição Federal.

VOTO no sentido de considerar irregulares as contas em análise, notificando ao Presidente da Mesa Diretora da Câmara e também ordenador de despesas, Adson de Souza Leite, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 30 (trinta) dias, de tudo dando ciência a este Tribunal.

VOTO, ainda, no sentido de manter o presente processo em secretaria para o apensamento à Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tarauacá, exercício de 1991."

### DECISÃO.-

Conforme consta na Papeleta de julgamento de fl. 38, a decisão é a seguinte:

"ACOLHEU-SE o voto do Conselheiro Relator, pela irregularidade das contas em análise, notificado o Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tarauacá e ordenador de despesa, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 30 (trinta) dias, ciente este Tribunal, sobrestado o processo na Corte, para futuro apensamento à prestação de contas da Câmara Municipal de Tarauacá, exercício de 1991. Unânime."

Presidiu a sessão o Conselheiro Presidente José Eugênio de Leão Braga. Participaram do julgamento, além do ilustre Relator, os Conselheiros Marciliano Reis Fleming, Hélio Saraiva de Freitas e Valmir Gomes Ribeiro. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Alcides Dutra de Lima e José Augusto Araújo de Baria. Presente Dr. Fernando de Oliveira Conde, Procurador-Chefe do Ministério Público Especial.-

*L. S. Machado*